



## **DECISÃO DO RECURSO**

### **PREGÃO ELETRONICO Nº 90.178/2025**

Processo de Recurso n.º 39.003/2026 - Processo Licitatório n.º 28.764/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.178/2025, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÁS GLP P13KG E P45KG**, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo no ano de 2026, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **FRIBURGAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 26.401.278/0001-64**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **CDM FORTE GAS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 35.237.693/0001-15**, no bojo dos autos administrativos do Pregão Eletrônico n.º **90.178/2025**.

#### **I) DO RECURSO**

A recorrente sustenta, em síntese, que a habilitação da empresa declarada vencedora afronta os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ao argumento de que a **CDM FORTE GÁS LTDA** não teria atendido aos requisitos de habilitação jurídica e técnica previstos no edital.

No tocante à habilitação jurídica, a recorrente aponta divergências entre as informações constantes dos documentos apresentados pela empresa habilitada e os dados oficiais do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Sustenta que a documentação apresentada indicaria como sócio-administrador pessoa diversa daquela que consta como responsável legal nos registros atualizados da Receita Federal, bem como endereço empresarial inconsistente. Alega, ainda, que a



### *Comissão Permanente de Pregão III*

empresa foi representada no certame por procuradora munida de mandato outorgado por pessoa sem poderes legais, o que caracterizaria irregularidade de representação, tornando inválidos os atos praticados e impondo a inabilitação da licitante, à luz da legislação civil, processual e do próprio edital.

Quanto à qualificação técnica, a recorrente afirma que a empresa CDM FORTE GÁS LTDA não comprovou a aptidão mínima exigida para as parcelas de maior relevância, conforme definido no item 19.2.1 do edital. Sustenta que os atestados apresentados possuem inconsistências formais e materiais, tais como ausência de indicação de quantitativos fornecidos, erros de identificação do órgão emitente, utilização de unidades de medida incompatíveis com as exigências editalícias e quantitativos manifestamente insuficientes após conversão. Destaca, ainda, a suposta invalidade de atestado emitido por empresa que possuiria vínculo societário com a licitante vencedora, caracterizando possível conflito de interesses e comprometendo a fidedignidade da comprovação da experiência técnica.

A recorrente argumenta que, mesmo na hipótese de se admitir a validade de todos os atestados apresentados, os quantitativos comprovados não alcançariam os mínimos exigidos para nenhum dos itens licitados, especialmente no que se refere ao fornecimento de botijões P45, razão pela qual restaria configurado o descumprimento das exigências editalícias de qualificação técnica.

Ao final, requer o provimento do recurso, para que seja reformada a decisão que habilitou a empresa CDM FORTE GÁS LTDA, com sua consequente inabilitação no certame. Subsidiariamente, pleiteia que, em caso de manutenção da decisão recorrida, sejam explicitadas as razões técnicas e jurídicas que fundamentaram o posicionamento da Administração, com a remessa dos autos à autoridade superior para apreciação.

## **II) DAS CONTRARRAZÕES**

A empresa **CDM FORTE GÁS LTDA** não apresentou contrarrazões ao recurso interposto por **FRIBURGAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA**.



### **III) DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA**

A recorrente sustenta que a empresa vencedora teria apresentado inconsistências cadastrais (sócio-administrador/endereço) e que a procuração utilizada no certame teria sido outorgada por pessoa sem poderes, o que acarretaria irregularidade de representação e nulidade dos atos.

Da análise dos documentos constantes dos autos, verifica-se que a empresa CDM FORTE GÁS LTDA comprovou regularmente sua constituição e existência jurídica, por meio de contrato social e alterações devidamente registradas, bem como inscrição ativa no CNPJ.

No que se refere à representação, consta instrumento de mandato conferindo poderes expressos à procuradora que atuou no certame, não havendo nos autos comprovação de que o outorgante carecesse de legitimidade ou poderes à época da outorga. A alegação da recorrente limita-se à existência de divergências cadastrais, as quais, por si sós, não têm o condão de invalidar a representação, sobretudo quando não demonstrado que tais divergências afetem a capacidade civil da empresa ou a validade dos atos praticados.

Eventuais discrepâncias pontuais relativas a endereço empresarial ou indicação de sócio administrador em bases cadastrais distintas configuram, quando muito, inconsistências acessórias, incapazes de comprometer a habilitação jurídica, na medida em que não infirmam a personalidade jurídica da empresa nem a legitimidade de sua atuação no certame. Ressalte-se que o edital não exige identidade absoluta entre todas as informações cadastrais secundárias, mas sim a comprovação objetiva da existência legal e da representação válida.

A pretensão recursal, se acolhida, implicará a adoção de formalismo exacerbado, em afronta aos princípios da razoabilidade, da competitividade e do julgamento objetivo, consagrados na Lei nº 14.133/2021. A jurisprudência administrativa é firme no sentido de que vícios formais sanáveis ou irrelevantes, desacompanhados de demonstração de



### *Comissão Permanente de Pregão III*

prejuízo concreto, não autorizam a inabilitação de licitante, sobretudo quando atendido o núcleo essencial da exigência editalícia.

Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, a recorrente sustenta que a empresa CDM FORTE GÁS LTDA não teria atendido às exigências de qualificação técnica, sob o argumento de que os atestados apresentados seriam formal e materialmente insuficientes para comprovar a aptidão necessária ao fornecimento do objeto licitado.

Aponta, em especial: (i) inconsistências na identificação dos emitentes; (ii) ausência ou insuficiência de quantitativos mínimos exigidos para as parcelas de maior relevância; (iii) utilização de unidades de medida distintas das previstas no edital; e (iv) suposta invalidade de atestado emitido por empresa que possuiria vínculo societário com a licitante vencedora.

O Edital estabelece, no item 19.2.1, os critérios de qualificação técnica, exigindo a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem o fornecimento anterior de bens compatíveis com o objeto licitado, especialmente quanto às parcelas de maior relevância e valor significativo, notadamente o fornecimento de GLP em botijões P13 e P45.

O instrumento convocatório admite expressamente a comprovação da capacidade técnica por meio de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, evidenciem experiência compatível em natureza, características e quantitativos com o objeto da contratação, não havendo exigência de identidade absoluta de forma, unidade de medida ou período único de execução, desde que preservada a fidedignidade e a pertinência técnica da comprovação.

No entanto, da análise técnica procedida pela Administração, com base nos **critérios objetivos estabelecidos no edital**, verificou-se que os atestados apresentados foram examinados quanto à **compatibilidade do objeto, unidade de medida exigida e quantitativos mínimos requeridos**, admitindo-se o **somatório dos documentos** e a **conversão técnica das medições expressas em quilogramas para unidades de cilindros**, quando cabível.



### *Comissão Permanente de Pregão III*

Após o somatório dos quantitativos efetivamente comprovados, apurou-se que, embora a empresa demonstre capacidade técnica suficiente para o fornecimento de **Gás GLP em cilindros de 13 kg**, com quantitativo total superior ao mínimo exigido, o mesmo **não ocorre em relação ao fornecimento de Gás GLP em cilindros de 45 kg**, cujo quantitativo comprovado (**656 unidades**) mostra-se **inferior ao mínimo exigido pelo edital**, fixado em **1.153 unidades**.

Dessa forma, ainda que os argumentos recursais indiquem a existência de experiência prévia no fornecimento do objeto, os documentos apresentados **não comprovam, de forma suficiente, o atendimento integral à parcela de maior relevância definida no instrumento convocatório**, razão pela qual **não se verifica o atendimento pleno à exigência de qualificação técnica**, nos estritos termos do edital.

Em atenção ao recurso administrativo interposto, procedeu-se à reapreciação dos documentos de habilitação, especialmente dos **atestados de capacidade técnica**, à luz dos **critérios objetivos estabelecidos no edital** e dos princípios que regem a atuação da Administração Pública.

Na nova análise, verificou-se que os atestados apresentados pela recorrente comprovam experiência compatível com o objeto licitado, tendo sido considerados os quantitativos efetivamente executados, com observância às **unidades de medida exigidas no edital** e a adoção de **conversões técnicas objetivas**, quando os fornecimentos foram informados em quilogramas, em razão da capacidade nominal dos cilindros, não havendo vedação expressa no instrumento convocatório quanto a tal procedimento.

Constatou-se, assim, que a interpretação anteriormente adotada **não refletiu de forma plena o alcance dos documentos apresentados**, razão pela qual se impõe a revisão do entendimento inicial. Ressalte-se que a Administração Pública, no exercício de seu **poder-dever de autotutela**, pode rever seus próprios atos sempre que verificada a necessidade de correção, bem como em observância aos princípios da **legalidade, vinculação ao edital, isonomia e julgamento objetivo**.



*Comissão Permanente de Pregão III*

Diante desse contexto, **acolhe-se o recurso administrativo interposto**, para o fim de **rever a decisão anteriormente proferida**, reconhecendo-se o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas no edital.

IV) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, CONHEÇO do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.178/2025 e, no mérito, DOU PROVIMENTO, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida.

Isto posto, informo que será agendada a volta de fase e convocação da próxima colocada à negociação de preços do objeto do certame.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1511>.

Nova Friburgo, 09 de fevereiro de 2026.

**FERNANDA MEDEIROS RORIGUES**

**Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII**

**Matricula: 468.036**